Revista **Turismo** & Desenvolvimento | n.º **27/28** | 2017 | [**955** - 969]
e-ISSN 2182-1453

Desenvolvimento da **atividade turística**: O caso do Estado da Bahia (Brasil) e suas zonas turísticas

Development of the **tourist activity**: The case of the State of Bahia (Brazil) and its tourist areas

CARLA REGINA FERREIRA FREIRE GUIMARÃES * [carlafreire@hotmail.com]

JOAQUIM RAMOS SILVA ** [jrsilva@iseg.ulisboa.pt]

Resumo | Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística no Estado da Bahia do Brasil (Nordeste do Brasil) e suas zonas turísticas, a partir da década de 2000, com ênfase no seu desempenho econômico recente. A principal contribuição deste estudo é oferecer uma visão do crescimento do setor de turismo da Bahia para contribuir com a formulação de políticas de desenvolvimento setorial e de emprego. Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários obtidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo (MTUR), Secretaria de turismo da Bahia (SETUR) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir desse levantamento buscou-se dimensionar e caracterizar o setor turístico do Brasil, Bahia e suas zonas turísticas. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Observou-se que o turismo baiano vem melhorando nos últimos anos, refletindo, pelo menos em parte, os esforços realizados, no sentido de expandir a infraestrutura turística baiana, atraindo mais turistas, aumentando emprego e, consequentemente, estimulando o crescimento econômico do Estado.

Palavra-chave | Turismo, desenvolvimento, emprego, fluxo

Abstract | This article aims to analyze the development of tourist activity since early 2000s in the State of Bahia (Northeast of Brazil), focusing on its tourist areas and its recent economic performance. The main contribution of the study is to offer a vision of the growth of tourism sector of Bahia, and subsequently to provide guidelines to the design of sectoral and employment development policies. For the purpose of collecting information, secondary data were obtained from the Bank of the Northeast

* **Professora Assistente** do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). **Doutora em Economia** pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Membro do SOCIUS. **Mestre** em Economia Aplicada, pela Universidade de São Paulo (USP). **Graduada** em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC);
** **Professor Associado** com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. **Doutor em Análise e Política Económicas** pela Écoledes Hautes Étudesen Sciences Sociales, Paris. **Pesquisador** CSG/SOCIUS, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

of Brazil (BNB), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Tourism (MTUR), the Bahia Secretariat of Tourism (SETUR) and the Research Institute of Applied Economics (IPEA). From these sources, we sought to map and characterize the tourism sector of Brazil, Bahia and its tourist areas. In the analysis of data the descriptive statistical method was used. It has been observed that Bahia's tourism has improved in recent years, reflecting, at least in part, the efforts made to expand tourism infrastructure, attracting more tourists, increasing employment and, consequently, stimulating the state's economic growth.

Keywords | Tourism, development, employment, flow

1. Introdução

O Estado da Bahia possui todos os ingredientes necessários ao turismo: sol, mar, fauna, flora, arte, cultura, folclore, tradições históricas e populares, igreja-monumento, culinária, artesanato, povo hospitaleiro e muito mistério. É indiscutível que vem se firmando, ano após ano, como centro polarizador do turismo interno. A sua estratégica localização geográfica, aliada ao aperfeiçoamento do sistema viário e aeroviário, garantiu-lhe condições de atrair brasileiros e estrangeiros de todas as partes.

Na década de 1990 foi implementado o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE), cujo objetivo base era contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil, inclusive do Estado da Bahia, através do desenvolvimento da atividade turística, que era vista como meio para a criação de oportunidades de emprego e para o aumento *per capita* e da arrecadação tributária nesta região (Banco do Nordeste [BNB], 2011),

A estratégia deste programa estabelecia, em suas diretrizes, ações que resultaram na implantação de infra-estrutura básica capaz de dar suporte ao crescimento qualificado do turismo, através de investimento prioritariamente em estradas, aeroportos, saneamento básico, recuperação do patrimônio histórico e proteção ao meio ambiente.

Como estratégia de desenvolvimento do turismo, em 2004, foi elaborado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, cujo objetivo era desenvolver a atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo (Ministério do Turismo [MTUR], 2007). Para isso foi adotado o conceito de regiões turísticas como referência espacial, que é o "espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território" (MTUR, 2007, p. 28). Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo programa foi o mapeamento das regiões turísticas brasileiras.

Devido aos bons resultados do Plano Nacional de Turismo (PNT, 2003-2007) e com o objetivo de dar continuidade ao processo, o MTUR elaborou o PNT (2007-2010), introduzindo o *slogan* "uma viagem de inclusão".

Em 2012, foi lançado o PNT (2013-2016), que dá continuidade ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apoiando ações de fortalecimento institucional, promovendo o planejamento, a qualificação e as práticas de cooperação entre os diferentes atores, públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas regiões. Como parte da política estratégica que norteia o desenvolvimento turístico no país, a regionalização é resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003, que resultou na estruturação e na implementação de instrumentos e de ferramentas

que têm permitido uma maior interlocução entre o Ministério do Turismo e as 27 Unidades Federativas do país.

Para o estado da Bahia, o governo estadual elaborou, em 2003, o plano chamado "Estratégia Turística da Bahia", ancorado ao PRODETUR/NE I onde foi desenhada uma nova geografia turística, definindo um planejamento de marketing, de recursos humanos e de captação de recursos para investimentos em infraestrutura nas áreas turísticas (Souza, Noia & Pinheiro, 2016).

Em 2006, foi criada a Secretaria de Turismo da Bahia, com o objetivo de alavancar o tursimo da Bahia, através de formulação de políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais e regionais, abrangendo as três esferas do governo, o setor privado, o terceiro setor e as comunidades receptoras. Em 2011, esta lança o plano "Estratégia Turística da Bahia: o terceiro setor 2007-2016", fundamentado em três eixos cruciais: Inovação do Produto, Qualificação dos Destinos e dos Serviços e Integração Econômica.

Em 2014, foi consolidada a Lei Estadual de Turismo (Lei nº 12.933), que estabelece a execução da Política Estadual de Turismo na Bahia, com o objetivo de implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento, fiscalização e estímulo ao setor turístico, bem como disciplinar a prestação de serviços turísticos.

Além da criação da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) que é um órgão governamental, vinculado à Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR), foi constituído pela Lei Estadual nº13.204, de 11 de dezembro de 2014, cumprindo o papel da antiga Empresa de Turismo da Bahia S.A. Atua de acordo com as políticas públicas do Governo Federal – Plano Nacional do Turismo – e do Governo do Estado da Bahia, exercendo papel fundamental na atração e ampliação dos fluxos turísticos regional, nacional e internacional e no fortalecimento de alianças e parcerias com o trade turístico (Bahiatursa, 2017).

Diante do exposto, levanta-se a questão: houve, a partir destas políticas públicas, resultados positivos de crescimento/desenvolvimento no turismo do Estado da Bahia? Com o próposito de desvelar esta questão, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística no Estado da Bahia do Brasil e suas zonas turísticas, a partir da década de 2000, com ênfase no seu desempenho econômico recente.

A análise será feita baseada na teoria da modernização, que considera que o desenvolvimento é um processo evolutivo, que ocorre em etapas, em busca de progresso, ou seja, esse desenvolvimento será alcançado através do crescimento econômico, sobretudo a partir de certo nível de bem-estar. As atividades turísticas crescem e podem levar à intensificação deste processo devido aos seus efeitos multiplicadores (Faria, 2012).

Além disso, o turismo vem ganhando destaque na capacidade de induzir o desenvolvimento, com a redução das desigualdades regionais e a melhoria da inserção do País no mercado mundial (Oliveira, 2010).

A principal contribuição deste estudo é oferecer uma visão do crescimento do setor de turismo da Bahia propiciando conhecimento e instrumentos para o planejamento turístico, de ações do poder público e do setor privado, especialmente na formulação de políticas de desenvolvimento setorial e de emprego.

Este trabalho além dessa introdução, onde foi contextualizado o tema do estudo e descrito o seu objetivo apresenta mais cinco seções. Na segunda seção, tem-se o referencial teórico; na terceira foram expostos os procedimentos de investigação; na quarta, realizou-se uma análise sobre o turismo na Bahia e suas zonas turísticas; e, por último, foram feitas algumas considerações finais sobre o presente trabalho.

2. Referencial bibliográfico

2.1. Turismo: conceitos e definições

Segundo Eusébio (2006), turismo traduz-se numa definição técnica através das seguintes delimitações: i) duração mínima da estada – 24 horas para os visitantes que pernoitam no local visitado; ii) duração máxima de estada – um ano; iii) motivos específicos de visita – lazer, recreio e férias; visitar familiares e amigos, negócios, saúde, religião e outros; iv) distância mínima considerada – muitas vezes é definida uma distância mínima para delimitar o termo "ambiente habitual" – a OMT recomenda 160 Km.

Cunha (2006) é mais amplo na classificação do turismo, pois toma como base as causas, influências, os fatores que intervêm nas deslocações de pessoas, como origem, meios de transportes, período de deslocamento, entre outros. Classifica o turismo segundo a origem dos visitantes, as repercussões na balança de pagamentos, a duração de permanência, origem da viagem, a natureza dos meios da viagem e o grau de liberdade administrativa. Segundo a origem dos visitantes tem-se o turismo doméstico, receptor e emissor. Em que o primeiro é o deslocamento dentro do próprio país, o segundo relativo a visitas a um país por não residentes e o último referente à saída de residentes de um país para outro.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2008), o turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer.

Para isso, análises econômicas dos impactos diretos e indiretos, positivos e negativos em determinadas áreas podem ser utilizadas como ferramenta indispensável para a promoção do bem-estar dos residentes. Principalmente, em regiões que o turismo se apresenta como atividade imprescindível no que se refere à promoção de renda e emprego. Além de serem mensuradas as principais implicações da atividade turística no que se refere aos impactos econômicos.

Barbosa (2002, p.3) discorre sobre as implicações mais comuns da análise do impacto econômico como sendo as seguintes:

> i) Mudanças na oferta do setor poderão envolver mudanças quantitativas (abertura ou fechamento de hotéis e atrativos), acarretando uma expansão ou contração da capacidade, ou mudanças qualitativas (melhora na qualidade ambiental, infra-estrutura local, natureza dos produtos e serviços disponíveis na região);
>
> ii) Mudanças na procura turística, na população, na posição competitiva da região, e nas variáveis econômicas, provavelmente, resultará em alterações na quantidade de turistas para a região e nos gastos turísticos;
>
> iii) A avaliação dos efeitos de ações e políticas que afetam a atividade turística de forma direta ou indireta faz com que os tomadores de decisão tenham informações e subsídios para analisar e entender as conseqüências das ações a serem realizadas e escolher a melhor alternativa;
>
> iv) Entender a estrutura econômica e as interdependências entre os diferentes setores na economia local;
>
> v) Comparar os impactos econômicos em diferentes alternativas de alocação de recursos para o desenvolvimento local. Este estudo poderá servir para incentivar o gasto público no setor de turismo, ou mesmo a obtenção de tratamento diferenciado relativo a outros setores da economia.

Outro instrumento importante na análise econômica da atividade turística é o efeito multiplicador. Cooper, Fletcher, Fyall, Gilbert e Wanhill (2008), discorrem que os multiplicadores turísticos medem a performance da indústria do turismo,

seus efeitos econômicos de curto prazo de uma mudança no padrão das despesas turísticas. São apropriados para mensurar o impacto das despesas turísticas em movimento dos negócios, renda, emprego, receita do setor público e balanço de pagamentos.

Segundo Wall e Mathieson (2006) citados por Santos e Costa (2012, p. 1159), o multiplicador turístico é definido como o "resultado da multiplicação das despesas turísticas iniciais, no sentido de obter um efeito cumulativo do rendimento total por um determinado período de tempo".

O dinheiro gasto pelos turistas circula e recircula, criando um multiplicador econômico, ou seja, este gasto gera uma renda que, por sua vez, leva a uma cadeia de despesa - rendimento - despesa, e assim por diante, até que os vazamentos travem a cadeia. Nem toda a renda gerada em cada rodada de despesa é repassada. Alguma parcela tende a ser economizada, ou gasta fora da economia local. Quanto maior a proporção de renda gasta localmente, maior será o multiplicador. O grau em que uma área local é capaz de reter renda turística depende da auto- suficiência da economia local. Se a economia local é capaz de produzir os bens e serviços que os turistas compram, maior será o efeito multiplicador. Quanto maior a importação, menor será o multiplicador (Goeldner & Ritchie, 2009).

Segundo Lopes e Vasconcelos (2000), em toda economia, a variação inicial da despesa tem um impacto imediato e direto sobre a renda daqueles que são beneficiados por esses gastos. Ao receber esta renda, os indivíduos ampliarão seu consumo de acordo com a propensão marginal a consumir, levando à nova ampliação da renda. Os agentes que forem beneficiados por esta nova ampliação da renda também ampliarão seu consumo, gerando novo acréscimo de renda, e assim sucessivamente. Desta forma, os acréscimos de consumo induzidos pelo gasto inicial fazem com que a renda cresça mais do que a variação anterior.

De acordo com Eusébio (2006), a contabilização dos benefícios primários está diretamente relacionada com o consumo dos visitantes e a contabilização dos efeitos secundários baseia-se no conceito de que existe interdependência entre as várias atividades econômicas que fazem parte de uma economia, confirmando o conceito de multiplicador em turismo. Portanto, a completa avaliação dos benefícios econômicos do turismo para as regiões de destino implica tanto a contabilização dos benefícios primários como dos secundários.

Em suma, o efeito multiplicador da atividade turística é uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que não é apenas o município receptor que se beneficia pois a atividade atua indiretamente, gerando renda para quase todos os setores econômicos e municípios ao entorno.

2.2. Desenvolvimento econômico e turismo

A importância e a diversidade dos problemas do desenvolvimento levaram ao surgimento da Economia do Desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial. A argumentação sobre desenvolvimento se apresenta em quatro principais teorias centrais: i) Teoria da modernização; ii) Teoria da dependência; iii) Teoria Neoliberal; e, iv) Desenvolvimento alternativo. De acordo com Faria (2012), estas correntes têm alguns pontos em comum com a contribuição do turismo para o desenvolvimento.

Segundo Silveira (2002), pelo fato do turismo ser classificado como uma das principais atividades econômicas do mundo, tornou-se "objeto de desejo" para muitas regiões. Assim sendo, muitos membros do governo, empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento desta atividade como "grande alternativa" de política econômica.

No âmbito do desenvolvimento regional, o turismo é entendido como o processo de mudanças estruturais em determinados espaços, devendo ser constantemente planejado para promover dinamismo econômico e melhorias na qualidade de

vida e bem estar social em lugares com identidade própria e singular, como a Bahia. No entanto, para que ocorra o desenvolvimento econômico e consequentemente, o desenvolvimento regional, é necessário que ocorra investimentos que resultem em crescimento econômico da localidade/região, que é a base da Teoria da modernização.

A premissa central da teoria da modernização é que todas as sociedades seguem um caminho evolucionista para o desenvolvimento e que, de acordo com seu estágio de desenvolvimento, pode ser localizado em diferentes posições ou fases sobre um caminho do tradicional ao moderno (Telfer, 2014). Segundo Faria (2012), essa teoria considera que o desenvolvimento é atingido através do crescimento econômico e que a poupança, as externalidades e o comércio externo podem induzi-lo.

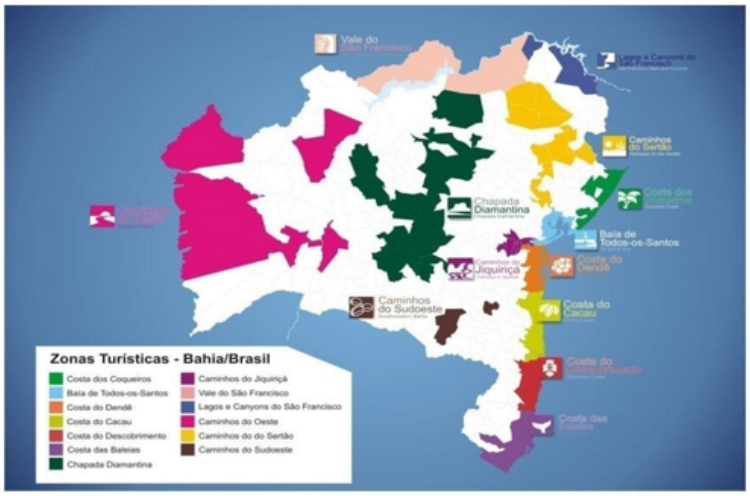
Tal crescimento econômico pode ser induzido de várias maneiras, tais como através de pólos de crescimento, que podem ser centros urbanos ou setores da economia, que é da maior importância para o desenvolvimento do turismo relacionado. Ou seja, o turismo representa um pólo de crescimento econômico a partir do qual os benefícios econômicos podem ser difundidos por toda a economia, através do efeito multiplicador de renda (Sharpley, 2003).

A teoria da modernização tem sido a base implícita de muitos estudos sobre o turismo nos países em desenvolvimento. O turismo tem sido promovido como uma estratégia de desenvolvimento para transferir tecnologia para aumentar o emprego, gerar divisas, aumentar o produto interno bruto, atrair capital de desenvolvimento, promover um modo de vida moderno com os valores ocidentais e gerar transformações das sociedades rurais tradicionais (Telfer, 2014).

A teoria da modernização é criticada por seu pressuposto de modernização inevitável, ou seja, pela sua doutrina fundamental de crescimento econômico, frequentemente dependente de investimento dos grandes centros. No entanto, ela reflete mais de perto o processo relacionado com o desenvolvimento do turismo, cujos benefícios são, principalmente, medidos em termos econômicos.

3. Procedimentos metodológicos

A área de estudo é o estado da Bahia. Como resultado de uma ação integrada que tem evoluído ao longo do tempo, o mapa turístico baiano conta atualmente com 117 municípios, organizados em 13 zonas turísticas: Costa das Baleias, Costa dos Coqueiros, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Lagos e Cânions do São Francisco, Chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Vale do São Francisco, Baia de Todos-os-Santos, Sudoeste e Caminhos do Jiquiriçá (MTUR, 2016). Essas zonas estão na Figura 1.



Fonte: MTUR (2016)

Figura 1 | Mapa Turístico do Estado da Bahia

Este estado possui uma área de 564.732,642 Km^2 e população de 14.016.906 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Densidade Demográfica 24,82 hab/km^2.

O litoral da Bahia possui uma extensão de 1.183 km cobertos de praias e coqueirais.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) as atividades características do turismo (ACTs) são: serviço de alojamento, serviços de alimentação, transporte ferroviário e metroviário, transporte rodoviário, transporte aquaviário, transporte aéreo, serviços auxiliares do transporte, atividades de agências de viagem e organizadoras de viagens, aluguel de bens móveis bem como atividades recreativas, culturais e desportivas.

Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários obtidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo (MTUR), Secretaria de turismo da Bahia (SETUR) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir desse levantamento buscou-se dimensionar e caracterizar o setor turístico do Brasil, Bahia e suas zonas turísticas. Procurou-se fazer uma análise mais recente possível.

Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Segundo Lima (2004, p. 73) "o método estatístico envolve a organização dos dados, bem como sua síntese e descrição, para isso utiliza-se o cálculo de média, proporção, moda e etc".

No intuito de responder ao objetivo da pesquisa, trabalhou-se com os seguintes indicadores:

a) Participação da atividade turística no PIB dos Estados Brasileiros;

b) Chegadas de turistas no Brasil e na Bahia;

c) Principais emissores de turistas internacionais e domésticos para a Bahia;

d) Meios de hospedagem, unidades habitacionais e elitos, do nordeste e seus estados;

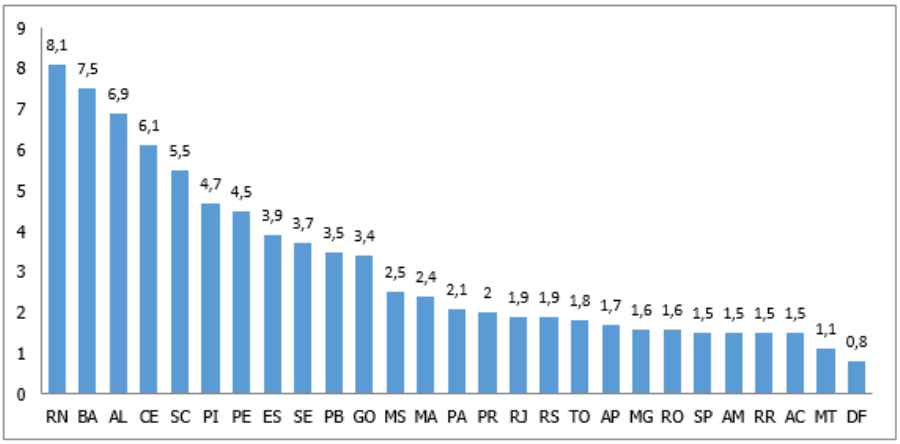
e) Ocupação formal nas ACTs da Bahia;

f) Participação das zonas turísticas no fluxo turístico da Bahia; e,

g) Participação das zonas turísticas no emprego formal da Bahia.

4. Turismo na Bahia

O mercado turístico tem apresentado grande participação no crescimento econômico brasileiro. Atualmente, a participação do turismo na economia brasileira representa 3,6% do PIB (Empresa Brasileiro de Turismo [EMBRATUR], 2015). De 2003 a 2009 o setor cresceu 32,4% enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (MTUR, 2013). No cenário nacional, através da Figura 2, constata-se que a Bahia é um dos estados que mais tem se destacado pelos esforços sistemáticos para o desenvolvimento pois a participação da atividade turística no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, em 2011, foi de 7,5%, ocupando a segunda posição entre os estados brasileiros, mostrando a importância desta atividade para o crescimento/desenvolvimento econômico da Bahia, sendo considerada uma atividade estratégica para a economia local, por sua capacidade de gerar divisas, empregos, rendas e impulsionar diferentes segmentos produtivos.



Fonte: SETUR (2012)

Figura 2 | Participação da atividade turística no PIB dos Estados brasileiros (%)

O turismo se apresenta como uma atividade econômica promissora para o Brasil. Contudo, é preciso destacar que o desenvolvimento do turismo no Brasil iniciou bem mais tarde que nos países europeus e nos Estados Unidos. Esses mercados turísticos emergiram após a II Guerra Mundial graças aos importantes avanços obtidos nos setores de transportes e telecomunicações e à melhoria da qualidade de vida de suas populações (Rissato & Sambatti, 2004).

Os dados do Quadro 1 mostram que o país recebeu, em 2013, 5,8 milhões de turistas estrangeiros e, em 2014, recebeu 6,4 milhões de turistas estrangeiros, explicado especialmente pela realização do Campeonato Mundial de Futebol ("Copa do Mundo") em 2014 e 6,3 milhões de turistas estrangeiros, em 2015, explicados pela realização das olimpíadas e paralimpiadas. A realização de eventos internacionais ajuda na divulgação do País como potencial turístico. Observa-se que, de 2004 a 2015, houve um incremento de 31,54% nas chegadas de turistas internacionais no Brasil.

No entanto, apesar do Brasil ter grande potencial turístico e do esforço do governo para desenvolver o turismo através de suas políticas públicas, ainda ocupa uma posição secundária no turismo mundial, em geral, atribuída à sua localização, distanciada dos principais centros emissores de turistas.

Com relação ao estado da Bahia, observa-se

que houve um crescimento de chegadas de turistas estrangeiros, de 15,79% de 2004/2015. De acordo com o Observatório de Turismo da Bahia (2017), o Estado da Bahia encontra-se como o terceiro principal portão de entrada do Brasil, por via aérea, e o principal entre os estados do nordeste brasileiro.

Esse crescimento também pode ser resultado do trabalho da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) que tem o objetivo de propagar as belezas históricas, culturais e naturais da Bahia, além de executar a promoção do Estado nos mercados nacional e internacional.

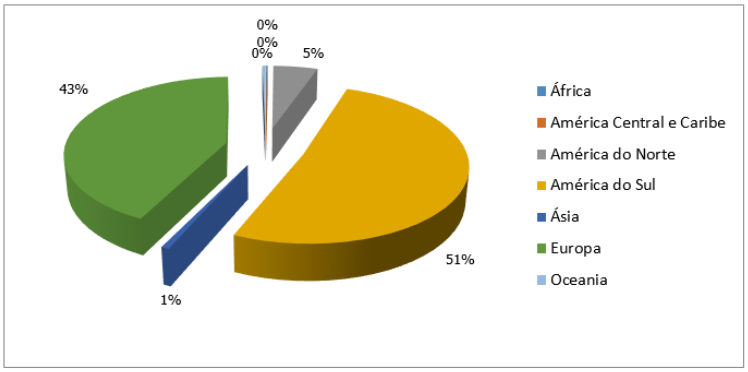
Quadro 1 | Chegadas de turistas estrangeiros no Brasil e pela Bahia, 2004 a 2015

Ano	**Brasil**		**Bahia**	
Ano	Número	Tx de crescimento	Número	Tx de crescimento
2004	4.793.703		130.984	
2005	5.358.170	11,78	138.959	6,09
2006	5.017.251	-6,36	178.862	28,72
2007	5.025.834	0,17	193.867	8,39
2008	5.050.099	0,48	178.571	-7,89
2009	4.802.217	-4,91	143.509	-19,63
2010	5.161.379	7,48	165.966	15,65
2011	5.433.354	5,27	166.278	0,19
2012	5.676.843	4,48	142.803	-14,12
2013	5.813.342	2,40	128.838	-9,78
2014	6.429.852	10,61	145.660	13,06
2015	6.305.838	-1,93	151.660	4,12
	2004/2015	31,54	**2004/2015**	15,79

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Ministério do Turismo (2017)

Com relação ao turismo emissivo internacional, observa-se que a maioria dos turistas estrangeiros que entraram pela Bahia, em 2015, eram da América do Sul (51%), que pode ser explicado pela proximidade, ou seja, de curta distância. Seguido da Europa (43%), que possuem voos diretos para Salvador, principal portão de entrada da Bahia (Figura 3).

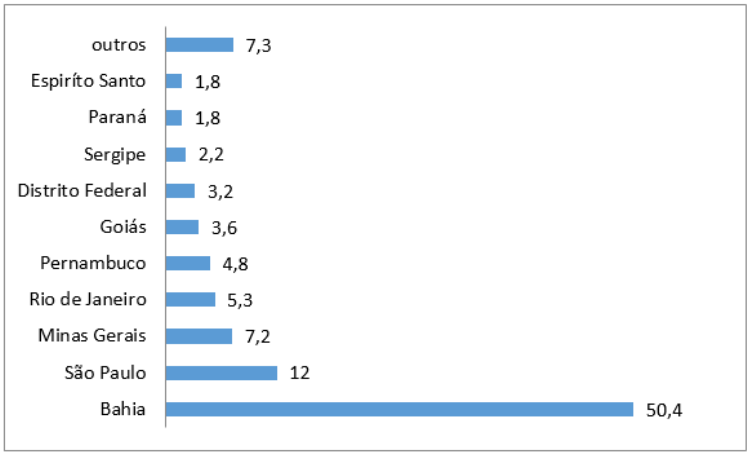
Figura 3 | Principais emissores de turistas intenacionais para a Bahia (%)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Ministério do Turismo (2017)

Pelo lado do turismo doméstico, observa-se que o turismo é intraestadual, ou seja, a maioria dos turistas (50,4%) são do próprio estado, evidenciando que as viagens são de curta duração, isso pode causar um impacto positivo na economia local, através do efeito multiplicador pois o dinheiro gasto por esses turistas permanece no próprio Estado, podendo resultar numa melhor distribuição de renda. Em seguida, são os turistas provenientes dos estados da região sudeste, considerada a região com maior poder aquisitivo, São Paulo (12%), Minas Gerais (7,2%) e Rio de Janeiro (5,3%).

Figura 4 | Principais emissores de turistas domésticos para a Bahia (%)



Fonte: SETUR (2012)

De acordo com os dados do Quadro 2, a Região Nordeste contava, em 2013, com 2.042 Meios de Hospedagem (MH[1]), 92.464 Unidades Habitacionais (UH[2]) e 219.765 leitos. A Bahia participa com 27,4% dos MHs, 31,4% das UHs e 31,2% dos leitos do Nordeste brasileiro. Em termos de Meios de Hospedagem (MH), a capacidade instalada da rede hoteleira da Bahia, saltou de 456 MHs em 2010 para 559 MHs em 2013, registrando um crescimento de 22,6%. Evidenciando que o setor hoteleiro vem se beneficiando com o crescimento do turismo da Bahia pois, conforme Barbosa (2002) com o aumento de turistas ocorre uma mudança na oferta turística, no caso, abertura de novos equipamentos hoteleiros.

[1]Inclui: Albergue, Alojamento de Floresta, Cama e Café, Flat/Apart Hotel, Hotel, Hotel Fazenda, Hotel Histórico, Pousada e Resort.

[2]Unidade habitacional: espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comuns do estabelecimento, destinado à utilização, pelo hóspede, para seu bem estar, higiene e repouso.

Quadro 2 | Meios de hospedagem, Unidade habitacionais e leitos. Nordeste e seus Estados, 2010 e 2013

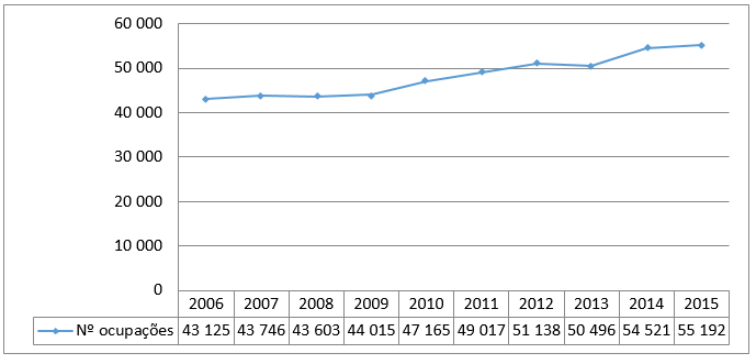
	Meios de hospedagem		Unidades Habitacionais		Leitos	
Ano	2.010	2.013	2.010	2.013	2.010	2.013
Maranhão	95	155	4.333	6.911	9.135	14.799
Piauí	71	98	1.908	3.106	4.248	6.797
Ceará	362	346	13.472	12.861	30.622	29.069
Rio Grande do Norte	153	182	8.023	9.413	19.593	26.081
Paraíba	97	173	3.821	6.321	9.785	16.062
Pernambuco	157	240	7.146	12.443	16.707	30.006
Alagoas	166	210	7.029	8.680	16.815	20.955
Sergipe	71	79	3.392	3.730	7.194	7.867
Bahia	456	559	23.566	29.029	53.683	68.683
Nordeste	**1.628**	**2.042**	**72.690**	**92.464**	**167.782**	**219.765**

Fonte: BNB, 2015

Outro ponto importante é a geração de empregos. Segundo Tribe (1999), a demanda de trabalho é uma demanda derivada, pois quando há demanda de bens e serviços há uma demanda de trabalho. Portanto, o emprego no setor turístico está diretamente relacionado com o consumo de bens e serviços proporcionados por este setor.

Atualmente, a indústria de viagens e turismo é considerada como a maior fonte de geração de empregos no mundo, por ser intensiva em mão-de-obra. Desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utiliza de alta tecnologia (como transportes e comunicações) até às de menor qualificação (como alimentação), tanto no emprego formal quanto no informal, são beneficiadas com o crescimento do mercado do turismo no Brasil e no mundo. O setor é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. O estoque de ocupações formais nas ACTs, no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas, em 2002, para 2,95 milhões de pessoas empregadas em 2012 (MTUR, 2013).

Analisando a Figura 5, observa-se que o número de ocupações formais mostrou uma trajetória ascendente, com uma pequena queda em 2013, com recuperação em 2014. Um crescimento no emprego nas ACTs no Estado da Bahia de 28% de 2006 para 2015. Nesse sentido, a experiência baiana confirma o otimismo de que o turismo é uma atividade importante para a geração de emprego e renda, ou seja, uma grande alternativa de política econômica para o desenvolvimento.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA (2017)

Figura 5 | Evolução da ocupação formal nas ACTs da Bahia (2006 – 2015)

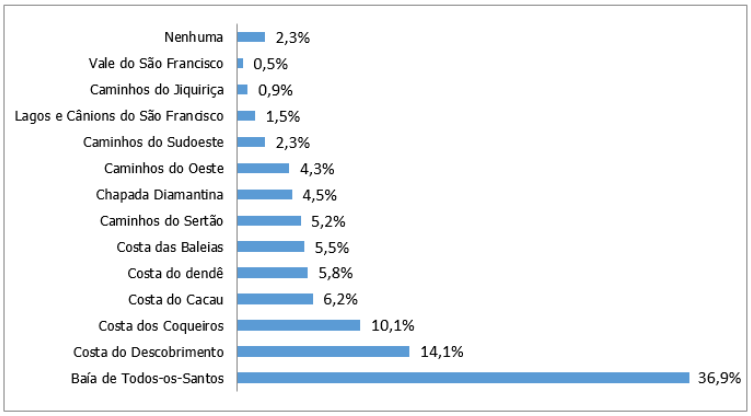
Ao analisar a Figura 6, constata-se que a maior parte dos turistas que visita a Bahia (36,9%) se encontra na Zona Baía de Todos-os-Santos, explicado principalmente pela cidade de Salvador, capital do Estado, considerada um centro de desenvolvimento do turismo.

De acordo com Gouveia e Barreto (2016, p. 14):

> Esta cidade é eminentemente turística, em função de seu contexto histórico-cultural, fruto de influências não apenas das culturas indígena, portuguesa e africana, como também de outros povos imigrantes que conformam hoje uma cidade miscigenada, dotada de ampla beleza natural e características próprias, que a tornam atrativa para o turismo.

A segunda zona mais visitada é a Costa do Descobrimento (14,1%), formada pela cidade de Porto Seguro e entorno, conhecida e procurada pela história do descobrimento do Brasil. E em terceiro lugar encontra-se a Costa dos Coqueiros (Litoral Norte da Bahia), principalmente pelos megaresorts instalados nesta zona.

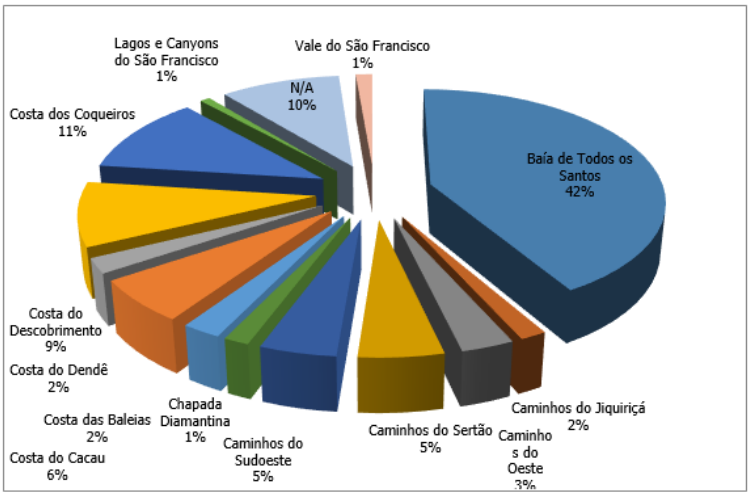
Segundo Cerqueira, Pinheiro e Oliveira (2014), a zona turística Baía de Todos-os-Santos é a que recebe maiores investimentos públicos por atrair mais visitantes (nacionais e internacionais), ou seja, recebem 36,8% dos investimentos que vem acontecendo na Bahia. No que se refere aos investimentos privados, a Costa dos Coqueiros é a região que mais atrai esses investimentos (36,35%), seguida da Costa do Descobrimento (21,4%).



Fonte: SETUR (2012)

Figura 6 | Participação das zonas turísticas no fluxo turístico da Bahia (%)

Com relação à ocupação formal no setor de turismo das zonas turísticas, observa-se que a maior parte (42%) estavam na zona Baía de Todos os Santos, já era esperado pois é a zona mais desenvolvida da Bahia, onde está Salvador, capital do Estado (Figura 7).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Figura 7 | Participação das zonas turísticas no emprego formal da Bahia, 2014 (em %)

Sobre às zonas, observa-se que está contrário ao objetivo principal do programa de regionalização, que é o desenvolvimento descentralizado e compartilhado.

5. Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística no Estado da Bahia do Brasil e suas zonas turísticas, a partir da década de 2000, com ênfase no seu desempenho econômico recente. Nesse sentido, a parte empírica focou a sua atenção na teoria da modernização, no conceito de multiplicador do turismo e nas politicas públicas federais e estaduais. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo.

O turismo se apresenta como uma atividade econômica promissora para o Brasil e para o estado da Bahia, sendo considerada uma atividade estratégica para a economia local, sendo confirmado pelos resultados do estudo. Observou-se que a participação da atividade turística no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, em 2011, foi de 7,5%, ocupando a segunda posição entre os estados brasileiros; houve um crescimento nas chegadas de turistas estrangeiros para o Brasil e para a Bahia, sendo a maioria provenientes da América do Sul (51%), seguido da Europa (43%). Pelo lado do turismo doméstico, observa-se que o turismo é intraestadual, ou seja, a maioria dos turistas (50,4%) são do próprio estado, sendo importante para a economia local, pois o dinheiro que os turistas gastam no Estado fica no próprio Estado, devido ao efeito multiplicador.

O crescimento do turismo vem causando impactos positivos na economia baiana, observado pelo aumento da capacidade instalada da rede hoteleira e crescimento no número de ocupações formais. Com relação às zonas turísticas da Bahia, constata-se que a zona Baía de Todos-os-santos é a que mais recebe turistas e consequentemente a que mais emprega por ser a região que recebe maior atenção do setor público, mostrando-se contrário aos objetivos do programa de regionalização, de desenvolvimento descentralizado.

Esses indicadores refletem, pelo menos em parte, os esforços realizados nos últimos anos pelos governos federal e estadual, através das políticas públicas, no que se refere ao desenvolvimento do turismo e consequentemente econômico, principalmente pelo efeito multiplicador que movimenta

toda a cadeia produtiva do turismo.

Por fim, depreende-se, a partir do cenário exposto, que o turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento do estado da Bahia, na medida em que atrai novos investimentos e cria novas oportunidades de negócios e de trabalho, e que permite compatibilizar o crescimento econômico da região, o desenvolvimento social do seu povo e a preservação dos seus recursos e belezas naturais. Para tanto, os governos têm que ter um interesse crescente nas questões ligadas ao turismo, devido à sua relevância para a consolidação econômica da Bahia. As instituições (públicas e privadas) não podem ser limitadas apenas aos procedimentos regulatórios e políticos, devem efetivamente fomentar ambientes que produzam ofertas de produtos e serviços turísticos.

Referências

Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2011). *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste: Primeira fase.* Acedido em 29 de agosto de 2011, em http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf.

Barbosa, L. G. M. (2002). Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: O caso do município de Macaé-RJ, Brasil. (Atas do *Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la AdministraciónPública*: 7). Lisboa, Portugal. Acedido em 22 de maio de 2006, em http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf

Cerqueira, P. S., Pinheiro, L. I. F., & Oliveira, K. C. S. (2014). Políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo na Bahia. (*Atas da IV Semana do Economista e IV Encontro de Egressos da Universidade Estadual de Santa Cruz*). Acedido em 28 de março de 2017, em http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf

Cooper, C.; Fletcher, J.; Fyall, A.; Gilbert, D., & Wanhill, S. (2008). *Tourism: Principles and Practice.* (4nd ed.). Harlow, England: Prentice Hall Financial Times.

Cunha. L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Portugal: Verbo.

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, 2014). *Copa do Mundo fortalece imagem do Brasil como destino turístico.* Acedido em 24 de abril de 2015, em http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Copa_do_Mundo_fortalece_imagem_do_Brasil_como_destino_turistico.html

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, 2015). *Turismo contribui com 9% do PIB mundial.* Acedido em 23 de abril de 2015, em http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html

Eusébio, C. (2006). *Avaliação do Impacte Económico do Turismo a Nível Regional : o Caso da Região Centro de Portugal.* Tese de doutorado, Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Faria, D. M. C. P. (2012). *Desenvolvimento e Turismo: uma Abordagem Conceitual.* (Texto para discussão 462). Acedido em 26 de março de 2015, em http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf.

Goeldner, C. R., & Ritchie, J. R. B. (2009). *Tourism: principles, practices, philosophies.* (11nd ed.). United States of America: Wiley, J., & Sons. Acedido em 27 de março de 2017, em http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Tourism/Tourism%20Principles%20Practices%20Philosophies%2011th%20ed%202009.pdf

Gouveia, L. C. A., & Barreto, M. O. (2016). *Turismo em Salvador: gestão integrada público/privada.* Acedido em 30 de novembro de 2016, em http://www.academicomundo.com.br/artigos/turismo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009.* Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). *Estados.* Acedido em 27 março 2017, em http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba

Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA, 2017). *Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo – SIMT.* Acedido a 28 de março de 2017, em http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html

Lima, M. C. (2004). *Monografia: a engenharia da produção acadêmica.* São Paulo: Saraiva.

Lopes, L. M. & Vasconcellos, M. A. (2000). *Manual de Macroeconomia.* (2nd ed.). São Paulo: Atlas.

Ministério do Turismo (MTUR, 2007). *Plano Nacional de Turismo – 2007/2010: uma viagem de inclusão.* Acedido em 23 de maio de 2013, em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf.

Ministério do Turismo (MTUR, 2013). *Mais turismo, mais desenvolvimento: indicadores.* Acedido em 29 de setembro de 2013, em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/Cartilha_Mais_Turismo_mais_desenvolvimento_2013.pdf

Ministério do Turismo (MTUR, 2017). *Extrator de chegadas de turistas internacionais ao Brasil.* Acedido em 28 de março de 2017, em http://dadosefatos.turismo.gov.br/extrator-turistas.html

Ministério do Turismo. (2016). *Bahia tem novo mapa turístico.* Acedido em 20 de novembro de 2016, em http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6466-bahia-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html

Observatório do Turismo da Bahia (2017). *Bahia é o terceiro portão de entrada do Brasil.* Acedido em 30 de março de 2017, em http://observatorio.turismo.ba.gov.br/noticias/salvador-terceiro-portao-entrada-brasil/

Oliveira, F. M. (2010). Trabalho em turismo e suas diferenças regionais no Brasil. In: Moretto, A.; Krein, M. P., & Macambira, J. *Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil.*, p. 179-222. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Acedido em 15 de maio de 2015, em http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/004_Economia_Desenvolvimento_Regional_e_Mercado_de_Trabalho_do_Brasil.pdf

Organização Mundial do Turismo (OMT, 2008). *Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo.* Madrid / Nueva York: Naciones Unidas.

Rissato, D., & Sambatti, A. P. (2004). Algumas considerações sobre o desempenho recente do mercado hoteleiro em Foz do Iguaçu. (Atas do 7 *III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*). Acedido em 10 de outubro de 2011, em http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/.../artigos/

Santos, R. A. N., & Costa, C. M. M. (2012). O contributo dos emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, para o desenvolvimento económico nas áreas rurais em Portugal. *Journal of Tourism and Development*, 17/18 (2), p. 1157-1167.

Secretaria de turismo da Bahia (SETUR, 2012). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Baía de Todos-os-Santos: Prodetur Nacional/BA.* Acedido em 23 de novembro de 2016, em http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSbts.pdf

Sharpley, R. (2003). Tourism, Modernisation and Developmenton the Island of Cyprus: Challenges and Policy Responses. *Journal of Sustainable Tourism* 11 (2 & 3), 246-265.

Silveira, M. A. T. (2002). Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In Rodrigues, A. B. *Turismo e Desenvolvimento Local.* São Paulo: HUCITEC.

Souza, A. C., Noia, A. C., & Pinheiro, L. I. F. (2016). Evolução das políticas públicas de turismo da Bahia. (*Atas do Seminário ANPTUR*). Acedido em 28 de março de 2017, em http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.12/DPD3/493.pdf.

Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa, 2017). *Apresentação.* Acedido em 27 de março de 2017, em http://www.bahiatursa.ba.gov.br/institucional/apresentacao/

Telfer, D. J. (2014). The Evolution of tourism and development theory. In Sharpley, R., & Telfer, D.J. *Tourism and Development: Concepts and Issues.* (2nd Ed.). Clevedon: Chanel View Publication, 35-78.

Tribe, J. (1999). *Economia del Ocio y el Turismo.* (2nd ed.). Madrid: Editorial Sintesis.